



*Coalizão pela Reforma  
Política Democrática  
e Eleições Limpas*

## **MANIFESTO “REFORMA POLÍTICA DEMOCRÁTICA JÁ!”**

O Brasil necessita de uma agenda civilizatória, com respeito à democracia, à vontade popular, à tolerância com as divergências, realizando as mudanças de que a nação necessita a começar pela reforma política.

Mais do que nunca o povo brasileiro precisa se unir em torno de uma proposta de reforma política democrática capaz de mobilizar a sociedade em torno de medidas que combatam verdadeiramente a corrupção eleitoral, que construam um sistema de representação política mais identificada com as aspirações do povo, que assegurem a paridade de gênero nas listas de candidatos às eleições proporcionais e que abram um caminho para o fortalecimento efetivo dos mecanismos democráticos de ouvir a voz do povo.

Para isso a Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas, composta por mais de cem entidades e movimentos sociais, representativos dos mais diversos segmentos da sociedade civil, apresenta ao povo brasileiro o projeto de lei de iniciativa popular que propõe: Fim da influência do poder econômico nas eleições e barateamento das campanhas eleitorais. Extinção do financiamento de campanha por empresas e adoção do financiamento democrático de campanha, através do financiamento público e da contribuição do cidadão, de no máximo setecentos reais. E, na soma total, não ultrapassando 40% do financiamento público.

Voto transparente através do sistema eleitoral proporcional com votação em dois turnos com o objetivo de fortalecer os partidos políticos, inviabilizar partidos sem identidade programática, reduzir o número de candidatos e assegurar uma efetiva fiscalização do processo eleitoral. No primeiro turno o eleitor escolhe um programa partidário compatível com suas convicções e vota numa lista pré-ordenada de candidatos elaborada democraticamente com a participação de todos os filiados ao partido. No segundo turno o eleitor votará no candidato de sua preferência, integrante da lista.

Paridade de gênero na lista preordenada de candidatos. Estímulo aos partidos que incorporarem, representantes dos grupos sociais sub-representados em suas listas preordenadas de candidatos.

Fortalecimento dos mecanismos da democracia direta: plebiscito, referendo e projetos de iniciativa popular.

Esta proposta não necessita de emendas constitucionais para sua aprovação e responde às questões consideradas essenciais para aprofundar a democracia brasileira e nos colocar em um novo estágio de avanço sócio-político.

A Coalizão pela Reforma Política Democrática e Eleições Limpas conclama entidades, movimentos sociais e todo o povo brasileiro a se incorporarem na luta para a aprovação do projeto de iniciativa popular da Coalizão visando a coleta de 1.500.000 assinaturas a serem entregues ao Congresso Nacional, a exemplo do que foi feito no Ficha Limpa. E para a realização de debates da proposta com amplos segmentos da sociedade, nas Universidades, Escolas, Igrejas, Sindicatos e outras entidades do Movimento Social. Nesta tarefa queremos estar juntos com outros movimentos que também têm o mesmo objetivo de alcançar uma reforma política democrática, ainda que empregando estratégias próprias, mas sempre nutrindo a convicção de que a vitória depende de mobilização e participação popular.

A Coalizão reivindica do Supremo Tribunal Federal que dê continuidade ao julgamento dada ação direta de inconstitucionalidade interposta pela OAB contra o financiamento de campanha por empresas, em que a maioria do Tribunal já se manifestou favoravelmente. A sociedade brasileira não aceita o retardamento arbitrário do processo, praticado por um ministro que pediu vista dos autos e se recusa abusivamente a devolver o processo.

Para o aprofundamento democrático e popular do país, é fundamental a união em torno de objetivos capazes de abrir um novo futuro em que haja mais democracia, justiça social participação popular e menos desigualdade.

O Povo Brasileiro já deu mostras dessa capacidade de união na luta contra a ditadura, pela constituinte e nas diretas já, ocasiões em que foi às ruas, para onde não hesitaremos em voltar para exigir dos deputados e dos senadores que ouçam a voz do povo brasileiro e aprovem a Reforma Política Democrática Já.

Brasília/DF, 13 de novembro de 2014.

Assinam as entidades presentes reunião na sede da CNBB:

1. CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil)
2. OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)
3. MCCE (Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral)
4. Plataforma dos movimentos sociais pela reforma do sistema político
5. AMB (Articulação de Mulheres Brasileiras)
6. ANEC (Associação Nacional de Educação Católica do Brasil)
7. ANPG (Associação Nacional de Pós-graduação)
8. CAU/BR (Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil)
9. CBJP (Comissão Brasileira de Justiça e Paz)
10. Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé
11. CFC (Conselho Federal de Contabilidade)

12. CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria)
13. CJP/DF (Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Brasília)
14. Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil)
15. Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura)
16. Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino)
17. CRB Nacional (Conferência dos Religiosos do Brasil)
18. CSEM (Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios)
19. CTB Nacional (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)
20. CTB/DF (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil do Distrito Federal)
21. CUT Brasil (Central Única dos Trabalhadores)
22. EDUCAFRO – Educação para Afrodescendentes e Carentes
23. Frente Parlamentar pela Reforma Política com Participação Popular
24. IFC (Instituto de Fiscalização e Controle)
25. Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos)
26. MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)
27. MDD (Movimento Democracia Direta)
28. MOJUS (Movimento de Olho na Justiça)
29. POM (Pontifícias Obras Missionárias)
30. SAEP-DF (Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal).
31. SMDH (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos)
32. TV Cidade Livre de Brasília
33. UBES (União Brasileira dos estudantes secundaristas)
34. UJS (União da Juventude Socialista)
35. UNE (União Nacional dos Estudantes)
36. UNIPOP (Universidade de Políticas do Movimento Popular)